

SOBRE INTERTEXTUALIDADES ESTRITAS E AMPLAS

ABOUT INTERTEXTUALITIES STRONG AND WIDE

Mônica Magalhães Cavalcante*, **Maria da Graça dos Santos Faria****
Ana Paula Lima de Carvalho***

RESUMO

Este artigo discute o quadro analítico de Genette ([1982]2010), esboço das relações de diálogo entre textos, gêneros e estilos, e apresenta uma sugestão para o redimensionamento das categorias, a fim de dar conta de descrever, sob a ótica da Linguística Textual, as ocorrências manifestadas também em textos multissemióticos, bem como os casos das relações difusas do que estamos chamando genericamente de intertextualidades, vistas em sentido amplo e em sentido estrito.

Palavras-chave: Intertextualidades. Estritas. Amplas.

ABSTRACT

This paper reviews Genette's proposal ([1982]2010) on the relation of the dialogue found among texts, genres and styles, and proposes to broaden Genette's former categories, aiming to describe, relying on the text linguistics' theory, the attested occurrences also in multi-semiotic texts, as well as the cases of diffused relations that we generically label as intertextualities, which are explained in the base of their broad and strict senses.

Keywords: *Intertextuality. Broad sense. Strict sense.*

* Professora Associada II da Universidade Federal do Ceará e bolsista de produtividade em pesquisa 2.

** Professora Associada II da Universidade Federal do Maranhão.

*** Professora de Língua Portuguesa no ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal do Piauí

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, abordaremos o fenômeno da intertextualidade, que, originariamente filiado à teoria literária, interessa sobremaneira à Linguística Textual em virtude de sua produtividade para a construção e produção de sentidos nos textos.

Os trabalhos pioneiros em torno do tema consideraram especialmente as relações entre textos literários, verbais. Nosso interesse, entretanto, é estender o olhar para gêneros variados, multissemióticos, rediscutindo categorias analíticas, de maneira a torná-las suficientemente eficazes para recobrir situações intertextuais diversas. Para tanto, partiremos do marco que sustenta nossa proposta, qual seja, Genette ([1982]2010), responsável pelo mais completo esboço das relações que põem em diálogo qualquer relação entre textos, gêneros e estilos. Genette denominou essas relações “secretas ou manifestas” de “transtextuais”, por serem relações que iam “além dos textos”, ou seja, além da relação entre textos específicos. Seu estudo, inscrito no arcabouço teórico estruturalista, elegeu a forma como principal critério para definir as diversas formas de manifestação dos fenômenos, embora também estabeleça critérios funcionais produtivos, concentrados em três regimes: lúdico, satírico e sério.

Este artigo rediscute as categorias analíticas do quadro genettiano e apresenta uma sugestão, proposta na tese em andamento de Carvalho (2018), do que estamos chamando genericamente de *intertextualidades*, vistas em sentido *amplo* e em sentido *estrito*.

1 AS TRANSTEXTUALIDADES

Neste item, explanamos brevemente a tipologia das relações transtextuais de Genette ([1982], 2010, p. 10), para quem a *transtextualidade* é “tudo o que o coloca [o texto] em relação, manifesta ou secreta, com outros textos”. Trata-se, como se nota, de um conceito acentuadamente abstrato, intangível. Para lidar com ele, o autor, então, definiu cinco categorias de relações transtextuais, seguindo uma “ordem crescente de abstração, implicação e globalidade” (GENETTE (2010, p. 12), quais sejam: intertextualidade paratextualidade, metatextualidade, arquitekstualidade e hipertextualidade.

O termo **intertextualidade**, na proposta genettiana, apresenta um caráter bastante restritivo, contrastando com o modo como Kristeva (1974)¹ o definiu. Genette limita a categoria de *intertextualidade* a “uma relação de copresença entre dois ou vários textos, isto é, [...] como presença efetiva de um texto em outro” (GENETTE, 2010, p. 12). Nos tipos de intertextualidade,² o autor inclui: a *citação* (com aspas, com ou sem referência), forma mais explícita e literal; a *alusão*, menos explícita e menos literal, exigindo maior percepção do leitor para que se dê a (re)construção do sentido planejado; e o *plágio*, empréstimo literal, não declarado e, portanto, a forma menos explícita dessas relações de copresença.

¹ Encontra-se em Kristeva (1974, p. 64) a concepção seminal de intertextualidade, segundo a qual “todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é a absorção e transformação de um outro texto”. Para a autora, apoiada no pressuposto do dialogismo bakhtiniano, qualquer texto é sempre um conjunto, muitas vezes inconsciente, de outros textos. Assim, o que se admite como relação intertextual pode não ser recuperável ou perceptível, mas estar subjacente a todo o texto ou a partir dele.

² “A intertextualidade é [...] o mecanismo próprio da leitura literária. De fato, ela produz a significância por si mesma, enquanto que a leitura linear, comum aos textos literários e não literários, só produz o sentido” (RIFFATERRE, Michael apud GENETTE, 2010, p. 13). Segundo Genette, o estudo de Riffaterre é mais amplo que o seu, e a intertextualidade, assim como a transtextualidade genettiana, é a própria literariedade.

Citação e alusão se diferenciam formalmente. A citação se define por uma transcrição exata e explicitamente marcada (verbo *dicendi*, dois pontos, aspas, itálico, recuo de margem, fonte reduzida) de um texto original; a alusão, por sua vez, realiza-se por remissão indireta, incorpora-se ao texto sutilmente, podendo apresentar modificações formais no texto-fonte, ou se dar apenas por expressões referenciais. Quanto mais popularmente for conhecido o texto aludido, mais facilmente será recuperada a alusão.

Vejamos os exemplos:

(1)
Conheço muitas pessoas que estão envelhecendo mal. Desconfortavelmente.
Com uma infelicidade crua na alma. Estão ficando velhas, mas não estão ficando sábias. Um rancor cobre-lhes a pele, a escrita e o gesto. São críticos azedos, aliás estão ficando cítricos sem nenhuma doçura nas palavras. Estão amargos. Com fel nos olhos.
[...]
Bilac dizia que a gente deveria aprender a envelhecer com as velhas árvores. Walt Whitman tem um poema onde vai dizendo: “Penso que podia viver com os animais que são plácidos e bastam-se a si mesmos”.

Em (1), temos um trecho da crônica *Envelhecer: com mel ou fel?*, de Affonso Romano de Sant’Anna, no qual se verifica uma citação de Walt Whitman, escritor norte-americano considerado o pai da Revolução americana. Sant’Anna utiliza o recurso não de forma marginal, como epígrafe, mas o integra em seu texto como um argumento de autoridade em função da ideia que defende acerca do processo de envelhecimento.

(2)
[...]
Brada em um assomo
O sapo-tanoeiro:
“A grande arte é como
Lavor de joalheiro
Ou bem de estatuário.
Tudo quanto é belo,
Tudo quanto é vário,
Canta no martelo”
[...]

Temos, no exemplo (2), um fragmento do poema *Os sapos*, de Manuel Bandeira. Conforme observamos, há, pelas expressões “lavor de joalheiro”, “é belo”, “canta no martelo”, alusões ao poema *Profissão de fé* de Olavo Bilac, no qual há exaltação da arte de escrever.

A **paratextualidade**, por sua vez, é definida por Genette como “uma mina de perguntas sem respostas” (p. 14). Trata-se da relação existente entre o texto propriamente dito e o que considera como paratexto, a saber, os elementos que rodeiam ou acompanham marginalmente o texto: “título, subtítulo, intertítulo, prefácios, posfácios, advertências, prólogos, etc.; *release*, orelha, capa [...]” (GENETTE, 2010, p. 13). Conforme apontamos, o autor privilegia a forma, no caso, o aspecto disposicional para nortear sua classificação.

Já a **metatextualidade** se define por uma relação de avaliação/comentário/crítica entre um texto e outro, de modo que o primeiro comente o segundo, “sem necessariamente citá-lo (convocá-lo), até mesmo, em último caso, sem nomeá-lo” (p. 15). O exemplo prototípico para esse tipo de relação é a crítica literária, já que todas as reflexões de Genette se voltam para textos literários.

A **arquitextualidade**, por seu turno, é o tipo transtextual “mais abstrato e mais implícito” (GENETTE, 2010, p. 15), dado pelo vínculo entre o texto e o seu estatuto genérico. Trata-se da classificação taxonômica, explícita ou não, em que se pode enquadrar um texto. Esse tipo de relação transtextual é produtiva, sobretudo, para a literatura, uma vez que é prática recorrente no campo literário a inscrição do texto em um dado gênero (romance, contos, poesias etc.). Há casos em que se verifica a autodeclaração do gênero no próprio título da obra, como em *Odes* de Ricardo Reis, fato que, por si só, não assegura uma correspondência entre o texto e um gênero. Compete, pois, ao público, ao leitor ou ao crítico a determinação da etiqueta genérica.

Genette (2010), por fim, assim define a **hipertextualidade**: “toda relação que une um texto B (que chamarei hipertexto³) a um texto anterior A (que, naturalmente, chamarei hipotexto) do qual ele brota de uma forma que não é a do comentário” (p. 16). Percebemos, pelo excerto, o cuidado em estabelecer distinção entre a metatextualidade e a hipertextualidade, uma vez que ambas resultam da derivação de um texto em outro(s). Enquanto a primeira reflete caráter de descrição (ou análise) de um texto, a segunda decorre de alterações de forma e/ou conteúdo operadas sobre o texto original ou, ainda, aponta para a admissão de um modelo para construção de outro texto.

O autor aponta duas formas de hipertextualidade: a transformação e a imitação. A **transformação** comporta os procedimentos por meio dos quais se opera a passagem de um texto específico a outro. Admitem-se, nesse processo, alterações de estilo ou do gênero literário, desde que não se percam elementos semânticos, isto é, modificações drásticas de conteúdo pertinentes ao texto original. Genette exemplifica a transformação simples com *Ulisses* – derivada da *Odisseia* – que transpõe a ação da obra grega para a Dublin do século XX, altera o estatuto genérico do poema épico para o de romance de fluxo de consciência e conserva os elementos do hipotexto, de modo que permanece evidente o diálogo entre as obras.

Já por **imitação**, compreende-se a abstração – a partir de um texto específico ou de um conjunto de textos com características estruturais comuns – de um paradigma genérico tomado, então, como modelo para um sem número de hipertextos. Cabe ressaltarmos, neste ponto, que nem sempre o parâmetro imitado é o estilo. Para exemplificar, Genette (2010) retoma *Odisseia*, segundo ele imitada em *Eneida*, obra na qual se dá uma história que, embora distinta, mantém características formais e temáticas, de uma epopeia. O autor assume, então, a epopeia como adâmica.

Evidentemente, não escaparia a Genette a observação de que, na prática, todo texto sempre imita outros textos do mesmo gênero de que releva, o que aponta para uma relação constitutivamente dialógica, própria não apenas dos textos literários. A fim, pois, de não esvaziar o conceito, o autor estabelece que a hipertextualidade deverá ser tratada por marcas tangíveis. Assim, afirma: “abordarei, portanto, aqui, a hipertextualidade, salvo exceção, por sua vertente mais clara: aquela na qual a derivação do hipotexto ao hipertexto é ao mesmo tempo maciça (toda uma obra B deriva de toda uma obra A) e declarada, de maneira mais ou menos oficial” (GENETTE, 2010, p. 22).

Após a decisão metodológica de descrever e analisar a hipertextualidade por suas evidências, Genette elenca os subtipos hipertextuais. Começando pela paródia, o autor adota a noção de desvio como a essência desse “gênero”.⁴ Nessa perspectiva, classifica como tal mesmo a citação literal deslocada de seu contexto original. Em suas palavras, “a forma mais rigorosa da paródia, ou paródia mínima, consiste, então, na apreensão literal de um texto conhecido para dar-lhe um significado

³ Os termos “hipertextualidade” e “hipertexto” pensados por Genette não têm quaisquer relações com os termos homônimos encontrados nos estudos de Linguagem e Tecnologia.

⁴ O termo “gênero” aparece em Genette (2010) sem qualquer relação com o que se toma por gênero textual/discursivo.

novo, jogando com a essência e se possível com as próprias palavras” (GENETTE, 2010, p. 33). Isso significa que, embora um texto seja literalmente transcrito, sua inserção em novo contexto discursivo, por si só, já desconfigura o sentido original.

Genette (2010) pondera, ainda, que sob o termo paródia também se abrigam alterações maiores do que a simples recontextualização: usamos a paródia “para designar ora a deformação lúdica, ora a transposição burlesca de um texto, ora a imitação satírica de um estilo” (p. 36). Por essa razão, postula a necessidade de demarcar fronteiras entre os casos, o que realiza por força de reforma terminológica e taxonômica. Neste ponto, adota outro critério que não o formal: marca-se a dicotomização de hipotextos compostos por transformação/imitação com **função satírica** e com **função não satírica**.

As transformações de caráter não satírico foram designadas como *paródia*, enquanto as transformações satíricas, isto é, que operam rebaixamento ou vulgarização, foram designadas como *travestimento*. Também foram contempladas as transformações mais complexas, que envolvem imitação de estilo ou de gênero. O pastiche seria uma imitação sem caráter depreciativo, enquanto a charge se apresentaria marcada por traço de sátira.

Merece destaque a reflexão posterior acerca dos riscos de uma classificação simplificada, dicotômica. Genette (2010) considera, em tempo, as práticas localizadas no meio termo: transformações que, de um lado, modificam os textos originais para além da transformação semântica, afetando-lhes a essência, sem, contudo, manifestar o propósito depreciativo que caracteriza o travestimento. Da mesma forma, também nas imitações haveria ocorrências intermediárias no contínuo.

Sob o prisma dessa reconfiguração classificatória, os termos paródia e pastiche, inicialmente empregados para designar, respectivamente, transformações e imitações neutras, não satíricas, passaram a recobrir transformações e imitações de traço funcional lúdico. Em outras palavras, recobriram as ocorrências que registram alterações semânticas (transformação) e estilísticas (imitação) significativas, mas não grotescas. Os casos pretensamente ‘neutros’, por assim dizer, de transformação e imitação foram, então, nomeados como transposição e forjação.

Convém assinalar que o regime (sério, lúdico e satírico), na proposta de Genette (2010), define-se formalmente pela comparação entre o hipotexto e o hipertexto, empreendida a partir das marcas que indiciam a relação intertextual, e não pelos propósitos planejados (ou não) pelo locutor para o texto. A seguir, apresentamos o quadro que sistematiza as relações hipertextuais definidas por Genette (2010):

QUADRO 1 – Quadro geral das práticas hipertextuais

Regime Relação	Lúdico	Satírico	Sério
Transformação	PARÓDIA	TRAVESTIMENTO	TRANSPosição
Imitação	PASTICHE	CHARGE	FORJAÇÃO

Fonte: Genette, 2010, p. 40.

2 SOBRE INTERTEXTUALIDADES ESTRITAS E AMPLAS

Compreendemos a intertextualidade como fenômeno textual-discursivo que abriga, de forma mais ou menos explícita, as relações entre textos, gêneros e estilos. Nossa definição assume o (co)texto como unidade de análise, do qual se devem aferir marcas tangíveis, relacionadas a conteúdos, formas e/ou estilos de outros textos ou autores, capazes de indiciar o fenômeno. Em nosso entendimento, a intertextualidade pode se estabelecer por remissões de diversos tipos, tais como ao léxico, a estruturas fonológicas, a estruturas sintáticas, ao gênero, ao estilo, ao tom, dentre

outras. Nessa perspectiva, importa, antes, a copresença de textos, parâmetros genéricos ou de estilo(s) de autor(es), que pode ou não ser reconhecida pelo interlocutor.

Pleiteamos que, constitucionalmente, a **intertextualidade** se subdivida em duas formas distintas,⁵ embora não excludentes: i) **estrita**, dada pela copresença (inserção efetiva de um texto em outro) ou pela transformação/derivação de um texto específico ou de partes dele em outro texto; e ii) **ampla**, dada não pela marca de copresença de um texto específico em outro, mas por uma marcação menos facilmente apreensível, porque mais difusa e relativa a conjuntos de textos: por indícios alusivos à forma composicional de um padrão de gênero; ao estilo de um autor deduzido de vários de seus textos; ou a uma temática particular divulgada por diversos textos. O que dá um caráter amplo a essa intertextualidade é o fato de o diálogo não se dar entre textos individuais e de essa ligação acontecer por mecanismos de alusão a traços de composição de gênero, de estilo de autor ou de tema de textos.

Assinalamos a importância de compreender que o texto não se resume a um produto material, mas a um processo comunicativo complexo, pautado na interação, resultante da integração entre elementos da materialidade e outros fatores de diferentes ordens (situacionais, cognitivos, socio-culturais e interacionais). Como decorrência dessa compreensão, admitimos como texto os mais variados artefatos sociossemióticos,⁶ comunicativos e interativos, desde que se apresentem como: i) unidades completas de sentido, definidas pela existência de um tópico a ser desenvolvido, conforme postulam Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) e ii) unidades de comunicação, em consonância com Bakhtin (2011)⁷ e Miranda (2010).⁸

Não nos parece embargo tratar a intertextualidade a partir do cotexto, mesmo quando o que se retoma é o estilo de autor ou um determinado parâmetro genérico, considerando que tanto forma quanto estilo apresentam particularidades manifestadas no plano da expressão, isto é, na materialidade. Ademais, tomamos gênero e texto como verso e anverso, como elementos de pressuposição recíproca.

Assumimos que, *constitucionalmente*, as intertextualidades podem ser estritas ou amplas. *Formalmente*, apenas as intertextualidades estritas subdividem-se em casos de copresença e derivação. Quanto ao aspecto *funcional* – que atravessa todos os recursos intertextuais – não nos limitamos ao caráter de convergência (função séria) ou divergência (lúdico-satírico) que marca o recurso intertextual em relação ao texto-fonte ou ao parâmetro genérico retomado, como procedeu Genette (2010).⁹

Em nossa perspectiva, as funções das intertextualidades ultrapassam os limites formais. Acreditamos que elas têm a ver, sim, com a intencionalidade, com a tentativa de influenciar o outro e, por isso, são argumentativas. Considerando o jogo de repetição de um texto original, ou de uma

⁵ Retomamos o trabalho de Nobre (2014), que redefiniu os termos ampla e estrita.

⁶ Os estudos que tratavam dos textos multimodais ou verbo-imagéticos pautavam-se pelos pressupostos da Semiótica Social – à luz da Gramática do Design Visual, de Kress e van Leeuwen (1996, 2006), os quais compreendem que as imagens são estruturas sintáticas e, portanto, suscetíveis à mesma análise dada à linguagem – ou da Análise Crítica do Discurso. Atualmente, porém, já se verificam trabalhos filiados à Linguística Textual, como o Cavalcante e Custódio-Filho (2010); Custódio-Filho (2011), Forte (2013), Nobre (2014), entre outros.

⁷ Conforme Brait (2016, p. 16), “o tradutor brasileiro dos textos reunidos sob o título *Estética da criação verbal*, Paulo Bezerra, afirma que, em russo, o termo implica constitutivamente *enunciação* e *enunciado*, ou seja, o processo e o produto [...]”. A autora considera legítima, portanto, a equiparação terminológica entre *texto*, *enunciado* e *enunciação*.

⁸ A autora define texto, a partir de Bronckart, como unidade situada, finita e autossuficiente. Assinala, porém, no esteio de Bakhtin, que o traço da autossuficiência não significa que texto se apresenta fechado em si mesmo, visto que está em constante interação com o exterior.

⁹ Remetemos o leitor ao trabalho de Nobre (2014), no qual o autor define parâmetros (constitucional, formal e funcional) para a análise da intertextualidade.

forma de gênero, ou de uma forma de estilo ou de uma temática, seguimos o que afirma Gignoux (2005), segundo a qual todo recurso intertextual é, em última instância, lúdico. Mas, então, o que distinguiria as funções intertextuais? Defendemos que o lúdico serve tanto à finalidade humorística, quanto à crítica-apreciativa, ou à expositivo-informativa – as quais podem se excluir ou não, e sofrer algumas predeterminações do gênero, do tipo de situação interativa em que se encontram, do tipo de suporte ou de mídia. Nessa perspectiva, admitimos aqui que o que marca a categoria da paródia é seu caráter humorístico, mobilizado para fins diversos.

Dito isso, passaremos a apresentar as categorias que vislumbramos como uma reorganização do quadro de Genette (2010), adotado por força de sua complexidade, produtividade e nomenclatura já consagrada.

2.1 INTERTEXTUALIDADES ESTRITAS

Definimos como estritas as relações nas quais se verifica o diálogo entre textos específicos, ou porque existem partes de um texto presentes em outro, ou porque um texto sofreu modificações e se transformou em outro. Esse tipo de intertextualidade pode se dar de duas formas: i) pela relação de copresença, isto é, de inserção efetiva de partes de um texto em outro e ii) pela relação de derivação ou transformação, isto é, pela alteração em um texto específico, de forma que se modifique algum aspecto (forma, estilo ou conteúdo), sem que se percam elementos essenciais (semânticos) do texto-fonte.

2.1.1 Relações de copresença

Como subtipos de intertextualidades estritas, propomos três possibilidades estruturais de um texto repetir-se em outro por copresença: por citação literal; por parafraseamento de conteúdos; por alusão (uma menção indireta). Vejamos:

a) citação (com ou sem referência)

Forma geralmente mais explícita (marcada por verbo *dicendi*, dois pontos, aspas, itálico, recuo de margem, fonte reduzida) e sempre literal. Cumpre notar que, mesmo sem evidências tipográficas, o recurso não se descaracteriza, pois o que de fato o define é o caráter literal da passagem incorporada. Como já afirmamos, alguns textos podem presumir a recuperação do intertexto, a despeito da ausência de marcas explícitas, pois veiculam elementos amplamente conhecidos e partilhados em dada cultura.

b) parafraseamento

Embora a paráfrase não apareça na proposta classificatória de Genette (2010), consideramos os parafraseamentos como recursos intertextuais de copresença bastante produtivos e recorrentes.

Fuchs (1985) observa que a retórica se apoderou do estudo desse recurso como processo de reformulação de partes de um texto-fonte, isto é, conteúdos de um texto-fonte apareciam sob outra forma em um outro texto. Sob essa ótica, reformular implica interpretação: identificar a significação de um texto e reconstruí-la em novo texto, reinscrevendo-a numa dada situação, num dado contexto.

Para a tradição clássica, parafrasear envolvia, então, procedimentos como o emprego de sinônimos, a troca de nomes simples por perífrase, uso de metáforas, produção de exemplos e comparações. A atividade parafrástica foi, assim, tomada como um recurso argumentativo para, por exemplo, tornar o discurso mais acessível aos interlocutores sem, contudo, despi-lo de elegância. No âmbito da lógica, por outro lado, a paráfrase foi concebida como equivalência semântica entre proposições.

Em Hilgert (2006), também temos a paráfrase como uma estratégia de construção textual situada entre as atividades de reformulação, por meio das quais novos enunciados remetem a enunciados anteriores, modificando-os parcial ou totalmente. Para o autor, as paráfrases sempre implicam algum deslocamento de sentido, concorrendo para a progressão de um texto. O caráter parafrástico, em sua visão, é construído no/pelo jogo da interação, o que nos permite afirmar que a paráfrase não é uma propriedade das formulações, mas uma estratégia cognitivo-discursiva, sempre marcada (de modo mais ou menos explícito) por reformulações de conteúdos.

Cumprir notar que o autor reflete, sobretudo, acerca do texto oral. Apesar disso, acreditamos ser possível estender suas postulações para quaisquer textos e mesmo para as relações entre textos distintos. Sumarizando, podemos dizer que a paráfrase, não obstante busque identidade referencial, opera com deslocamentos de sentidos, o que nos autoriza a pensar que não estamos diante de uma simples troca de palavras. E, nesse processo, os detalhes nunca são meros. A partir do que encontramos em Hilgert (2006), assumimos o parafraseamento, neste estudo, como uma operação de citação não literal, de repetição de conteúdos por outras formas de expressão. No gênero resumo, a paráfrase constitui a derivação do texto inteiro, por isso corresponde a um tipo de transposição (quando um texto se transforma em outro com finalidade não humorística).

Para fins de classificação, situamos a paráfrase entre as relações de copresença, por entendermos que não se costuma chamar de paráfrase a transposição de um texto inteiro. Outras denominações têm sido dadas a esses casos de derivação por transposição, como resumo, adaptação, tradução, cópia ou plágio, quando a cópia envolve questões legais e desonestidade.

c) alusão estrita: forma menos marcada e menos literal de mencionar um texto específico, apenas sugerindo-o por pistas formais. Trata-se de um recurso que exige maior percepção do leitor para que se dê a (re)construção do sentido planejado. Citação, parafraseamento e alusão estrita se diferenciam formalmente, uma vez que a primeira apresenta-se como transcrição exata de um trecho do texto original; a segunda, como repetição de conteúdos do texto-fonte sob uma outra forma de expressão; a terceira, como referência indireta, que se incorpora sutilmente. A alusão estrita favorece modificações formais no texto a que recorre, transformando-o para finalidades diversas, especialmente humorísticas ou crítico-apreciativas (FARIA, 2014).

Segue exemplo:

(3)
Vou-me embora pro passado
Vou-me embora pro passado
Lá sou amigo do rei
Lá tem coisas “daqui, ó!”
Roy Rogers, Buc Jones
Rock Lane, Dóris Day
Vou-me embora pro passado

[...]

Terei uma cama Patente
Daquelas do selo azul
Num quarto calmo e seguro
Onde ali descansarei
Lá sou amigo do rei
Lá, tem muito mais futuro
Vou-me embora pro passado.

Esse texto, do paraibano Jessier Quirino, desenvolve-se a partir da alusão ao poema de Manuel Bandeira *Vou-me embora pra Pasárgada*. O autor alterou minimamente o título e o verso inicial, procedimento que, por si só, já aponta para o texto modernista. Além disso, repete o verso “lá sou amigo do rei”, do texto-fonte. Conforme observamos, em última instância, teremos uma paródia do poema de Bandeira, pela qual podemos demonstrar a estreita relação entre copresença e derivação (FARIA, 2014). Como é possível notar, as categorias não se dão de maneira discretizada, estanque e excludente. Segue outro exemplo:

(4)



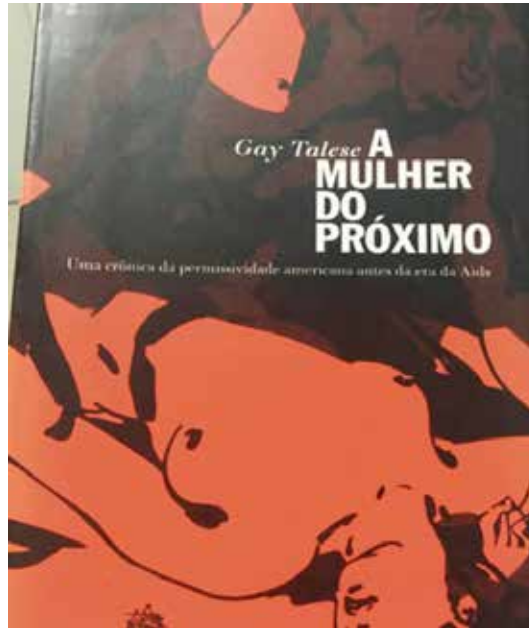
Fonte: <https://pbs.twimg.com/media/CjzYx5pVAAAqTao.jpg>

No cartaz que aparece na imagem, alude-se ao filme brasileiro “Que horas ela volta?”, o qual conta a história da pernambucana Val, empregada doméstica que se muda para São Paulo, a fim de proporcionar melhores condições de vida para a filha Jéssica. A alusão ajuda a compor o questionamento acerca do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, rotulado por seus apoiadores de golpe antidemocrático.

No exemplo que segue, vemos um caso em que a alusão se manifesta em um elemento paratextual¹⁰ (em termos genettianos), a saber, o título do livro, o qual alude ao décimo mandamento da lei mosaica.

¹⁰ Optamos por não incluir a paratextualidade como subtipo, uma vez que consideramos os elementos peritextuais (títulos, subtítulos, notas de rodapé, ilustrações, epígrafes, orelhas) como partes do próprio texto. Entendemos que o critério eleito por Genette (2010) para definir a paratextualidade, qual seja, o traço formal (disposicional) não constitui razão suficiente para separá-lo como categoria. Entendemos, sim, que poderão ocorrer relações de copresença nos elementos que se situam marginalmente, como verificamos no exemplo apresentado. Da mesma forma, podem aparecer nos títulos as inscrições arquitecituais, isto é, afirmações de filiação genérica. Quando, por exemplo, temos *Soneto de Fidelidade* ou *Poema de Sete Faces*, o caráter intertextual dessa indicação reside no fato de que classificar como soneto ou poema um determinado texto remete a outros textos inscritos nesses gêneros.

(5)



Fonte: https://http2.mlstatic.com/gay-talese-a-mulher-do-proximo-D_NQ_NP_7219-MLB5183563216_102013-F.jpg

Para a definição e a classificação dos subtipos de copresença, sobrepõe-se o critério formal. Assim, a citação apresenta-se como reprodução literal de um trecho original, a paráfrase como uma reescrita de trecho e a alusão como uma menção indireta, menos marcada e não literal. Formalmente, paráfrase e alusão se distinguem porque a paráfrase tem compromisso com a manutenção semântica do trecho eleito, devendo apresentar-se marcada pela referência ao texto-fonte, enquanto a alusão pode apenas se valer de elementos, segmentos de um texto-fonte ou apenas expressões referenciais notadamente intertextuais para remeter a um texto todo.

Mas, para além do critério formal, é possível afirmar que a citação, o parafraseamento e a alusão podem constituir recursos lúdicos para finalidades humorísticas, críticas, informativas, dentre outras. Vejamos o exemplo:

(6)



Fonte: <http://tresgarotasnacalcada.com.br/wp-content/uploads/2016/05/dilma-olha-ela.png>

Ao longo dos dois meses nos quais estive à frente da Câmara, Waldir Maranhão protagonizou medidas polêmicas e recuos no comando da Casa, dentre os quais se destaca a anulação, na manhã do dia 9 de maio de 2016, da votação em plenário da admissibilidade do processo de *impeachment* da presidenta, mesmo o processo já estando em análise no Senado. Na ocasião, circularam postagens com memes, como a apresentada acima, na qual Dilma Rousseff cita o bordão de Ana Paula Renault, participante do Big Brother Brasil que todos pensavam ter sido eliminada. Nesse caso, temos uma citação que viraliza nas redes sociais como um recurso lúdico de finalidade crítico-apreciativa. Por uma alusão ampla (intertextualidade não estrita), remete-se à situação de Dilma, retratada em inúmeros textos nas mídias, como alguém que se pensava eliminada de uma determinada disputa e, de repente, retorna.

Discutidos os fenômenos de copresença, passemos aos casos de derivação de um texto em outro texto inteiro.

2.1.2 Relações de derivação

Como categorias da derivação, propomos:

Paródias: transformações que operam desvios de forma e/ou conteúdo, bem como dos propósitos de um texto-fonte, sempre com finalidade humorística, podendo ou não apresentar outras finalidades, como a crítico-apreciativa. Defendemos que sejam abarcadas sob esse rótulo todas as transformações humorísticas que se distanciem do texto-fonte, desde as mais sutis até as que resultem em rebaixamento do estilo sério do texto original a um estilo mais vulgar ou satírico. Acreditamos que o rótulo de paródia já se apresenta cristalizado e se preste bem para comportar todas essas situações. Segue exemplo:

(7)



Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/73/9c/ac/739cac30730ea054705356c5d73aee64.jpg>

A célebre pintura *O grito*, do norueguês Edvard Munch, representando uma figura andrógina em momento de angústia e dor existencial, aparece parodiada por uma imagem de alguém angustiado por seu peso corporal no momento das festas de final de ano. Situação como essas são muito comuns nas redes sociais. O quadro *Monalisa* também é parodiado em incontáveis anúncios publicitários e *posts* com memes.

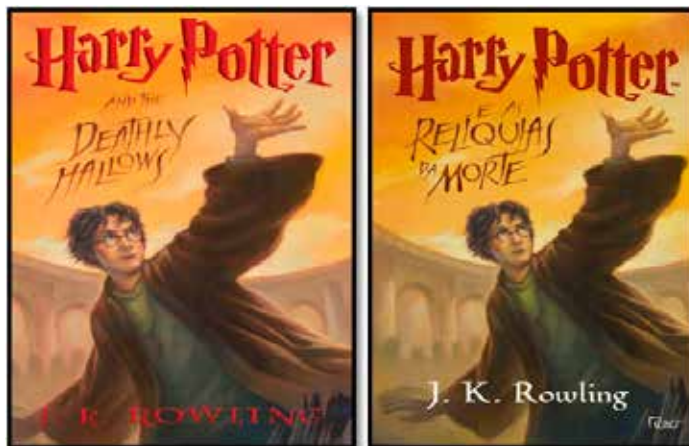
Esses exemplos confirmam que a intertextualidade é fenômeno verificável em diversos recursos semióticos. É perfeitamente possível empreender retomadas intrinsecamente intertextuais

de elementos linguísticos, imagéticos, melódicos etc. Cada criação semiótica pode desdobrar-se em inúmeras outras possibilidades criativas e a ligação intertextual pode se dar em diferentes graus, desde uma inspiração até a reprodução fiel de elementos.

b) Transposição: enquadram-se nesse subtipo todas as passagens genéricas e suas decorrentes adaptações. Nota-se, com frequência, que os textos se alimentam mutuamente. É comum a prática de transformação dos mais variados gêneros miméticos: romances, poemas narrativos, peças de teatro e longas-metragens, novelas e seriados de televisão, HQs etc. sofrendo adaptações que configuram a passagem genérica, preservando a essência semântica do texto original. Por força de procedimentos diversos (tradução, transestilização, transmodalização, versificação, práticas hiperestéticas, transformações quantitativas etc.), um texto-fonte pode ser reforçado e atualizado em diferentes contextos.

Teremos, então, uma transposição quando for operada uma transformação, cujo resultado mantenha proximidade do original, isto é, não haja efeito humorístico. Evidentemente, para que essa aproximação seja alcançada, serão mobilizados recursos de copresença, quais sejam, citação, alusão e parafraseamento. Ora, se estamos pleiteando um inventário de recursos intertextuais que se mostre aplicável a textos plurissemióticos, ocorre-nos que ninguém chamaria de *paráfrase* a passagem de um texto verbal para uma pintura, por exemplo. Parece-nos muito mais possível chamar essas passagens de retextualizações ou adaptações. Segue exemplo de transposição de um livro para um filme:

(8)



Fonte: <http://harrypotterfanzone.com/wp-content/2009/06/dh-us-jacket-art.jpg>
https://vignette4.wikia.nocookie.net/harrypotter/images/9/9d/Capa_Harry_Potter_e_as_Rel%C3%ADquias_da_Morte_%28livro%29.jpg/revision/latest?cb=20130101152519&path-prefix=pt-br

2.1.3 Metatextualidade

Os metatextos resultam de uma relação de comentário/crítica/avaliação. Um texto brota de outro com a finalidade de comentá-lo. Como exemplos, podemos mencionar as resenhas acadêmicas, a crítica literária etc.

Poderíamos estar tentados a incluir a metatextualidade entre os fenômenos de derivação, já que um texto inteiro origina outro. Entretanto, importa destacar que, para se configurar esse tipo de relação, a intertextualidade deveria transformar um texto-fonte, o que não é o caso. Por outro

lado, poderíamos pensar que a metatextualidade poderia figurar entre as intertextualidades amplas, mas ela nem imita forma de gênero ou de estilo, nem alude a textos diversos. O metatexto comenta um texto-fonte específico, por isso cremos que deva figurar entre as intertextualidades estritas. Frente a essa peculiaridade, pleiteamos que a metatextualidade passe a constituir uma terceira categoria de intertextualidade estrita, além das copresenças e derivações (transformações), uma vez que, por ela, será possível retomar o texto-fonte.¹¹

2.2 INTERTEXTUALIDADES AMPLAS

Conforme mencionamos, entendemos por intertextualidade ampla o diálogo tangível entre um texto e um conjunto de textos. Dá-se pela imitação de parâmetro(s) genérico(s) e/ou de estilo(s) de autor(es), bem como pelas alusões não a textos particulares. Esse tipo de intertextualidade se diferencia qualitativamente da intertextualidade estrita porque não é possível atribuir a intertextualidade a um único texto-fonte a que se recorreu. O processo de imitação abstrai um padrão não de um único texto, mas de um conjunto de textos. Do mesmo modo, as alusões amplas não convocam a memória de um texto específico, mas remetem difusamente a vários textos que abordaram determinada temática ou situação interacional.

Trata-se de um processo bastante produtivo para que se alcance um efeito persuasivo de função jocosa e/ou crítico-apreciativa. Esses casos são semelhantes aos de pastiche e charge, de Genette (2010), uma vez que ocorre a imitação de um texto sob o regime lúdico e/ou satírico. A grande distinção é que pastiche e charge (assim como toda a proposta de Genette) foram pensados para o domínio literário, ao passo que o que estamos defendendo não se restringe a esse domínio discursivo, tampouco reivindica a retomada de uma performance textual específica para que se assegure o status intertextual, como parece sugerir a proposta genettiana. Acreditamos, quanto a isso, que o que se imita, mesmo no pastiche ou na charge, é sempre o gênero e/ou estilo do autor e não uma performance textual propriamente dita, não obstante para alguns casos de textos literários seja possível apontar os textos adâmicos de determinados gêneros.

Quanto à forjação – que seria para Genette a imitação séria, recurso que consiste na reprodução e conseqüente perpetuação de um gênero – não nos ocorrem correspondentes não literários como o da epopeia, exemplo dado por Genette, os quais possam ser enquadrados como casos de “intergenericidade”. Isso porque a forjação seria a própria reprodução do gênero num texto novo, sem hibridismo. Por essa razão, estamos excluindo a categoria de forjação de nossa proposta investigativa.

Discutidos esses pontos, seguem os exemplos do que temos caracterizado:

(9)

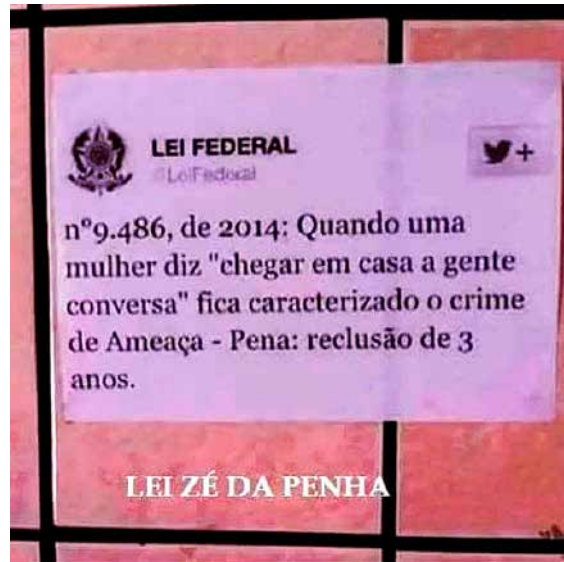


Fonte: <https://pics.me.me/g1-g1-da-depressao-menu-05-09-2016-10h38-atualizado-em-05-09-2016-20880705.png>

¹¹ Retomamos aqui os elementos epitextuais, como o paratexto por prefácios e posfácios. Defendemos que sejam categorizados como legítimos metatextos, na medida em que se prestam claramente a comentar um texto. E, embora possam ocupar o mesmo lócus do texto comentado, esses elementos podem constituir outros gêneros e circular autonomamente. Esses seriam casos em que se verifica o caráter não humorístico do metatexto. Contudo, a metatextualidade pode se dar também com finalidades humorísticas e/ou crítico-apreciativas, como se verifica nos comentários de notícias, muitas vezes carregados de sátiras e/ou humor ácido.

Na internet, encontramos *sites* especializados em imitar, com finalidades humorísticas e crítico-apreciativas, o estilo de certos gêneros. Os textos não são transformações de textos específicos, mas imitações do padrão genérico das notícias e reportagens de jornais. Da mesma forma, imita-se o estilo da escrita jurídica ou o gênero provérbio, como vemos a seguir:

(10)



Fonte: <https://pbs.twimg.com/media/CELBbhvWEAAJ3LD.jpg>

Também mencionamos aqui, no escopo das intertextualidades amplas, o fenômeno a que temos chamado de alusão ampla: trata-se da retomada não de uma referência a um texto específico, mas a um conjunto de textos ou a uma situação partilhada coletivamente em uma dada cultura. Vejamos um exemplo:

(11)



Fonte: <http://s2.glbimg.com/gJRq9TNSyPWnJVWrB8mceWGoVGg=/645x388/i.glbimg.com/og/ig/infoglobo1/f/original/2016/12/09/gol1o.jpg>

O anúncio de companhia aérea alude ao fato de que, em geral, os assentos nos aviões são bem próximos, o que causa desconforto aos passageiros, como se tem comentado em diversos textos. Isso fica sugerido pela maneira como os números das poltronas estão intrincados, à esquerda, que corresponde à oferta das concorrentes. Já na parte direita, apresentam-se as numerações espaçadas, configurando o conforto que a empresa anunciante oferece em suas aeronaves. Nota-se que não há retomada a um texto específico. Mas, provavelmente, inúmeros textos de reclamações acerca da disposição espacial dos assentos nos aviões devem ter sido contemplados para que esse anúncio fosse planejado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho constitui uma proposta de redimensionamento das categorias definidas por Genette (2010), para dar conta de descrever, sob a ótica da Linguística Textual, um fenômeno instigante e amplamente (re)visitado pelas mais distintas razões e perspectivas: as intertextualidades. Interessa-nos, sobretudo, torná-lo operacionalizável e com menos sobreposições. Sugerimos aqui categorias que deem conta da ampla variedade de textos multissemióticos e das relações difusas que se apresentam nas alusões amplas – todas reconhecidas popularmente como intertextuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1953], 2011.
- BRAIT, B. O texto nas reflexões de Bakhtin e do Círculo. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (Org.). *O texto e seus conceitos*. São Paulo: Parábola, 2016.
- CARVALHO, A. P. L. *Intertextualidades estritas e amplas*. 2018. 180 f. Projeto de tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. *Revista do GELNE*, Piauí, v. 12, n. 2, 2010. p. 56-71.
- CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.
- CUSTÓDIO FILHO, V. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. 2011. 330 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- FARIA, M. da G. dos S. *Relações intertextuais de copresença e de derivação em textos verbo-visuais: por uma abordagem didática*. Projeto de tese. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012.
- FORTE, J. S. M. *Funções textual-discursivas de processos intertextuais*. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- FUCHS, C. A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação. Tradução de João Wanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 8, 1985, p. 129-134.

GENETTE, G. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Extratos traduzidos por Cibele Braga; Erika Viviane Costa Vieira; Luciene Guimarães; Maria Antônia Ramos Coutinho; Mariana Mendes Arruda; Mirian Vieira. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010.

GIGNOUX, A. C. *Initiation à l'intertextualité*. Paris: Ellipses, 2005.

HILGERT, J. G. Parafraseamento. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do Português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006. v. 5.

KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. 2. ed. London; New York: Longman, 2006.

KRISTEVA, J. *Introdução à semântica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MIRANDA, F. *Textos e gêneros em diálogo: uma abordagem linguística da intertextualização*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

NOBRE, K. C. *Critérios classificatórios para processos intertextuais*. 2014. 128 f. Tese (Doutorado em linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.